

REVISTA DESAFIOS

ISSN: 2359-3652

ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: UMA PROPOSTA DE METODOLOGIA PARA MENSURAÇÃO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

ESG IN PUBLIC ADMINISTRATION: A METHODOLOGY PROPOSAL FOR MEASUREMENT AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF TOCANTINS

ESG EN LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA: UNA PROPUESTA DE METODOLOGÍA PARA LA MEDICIÓN EM LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE TOCANTINS.

2

Karina Mosel Paixão Balestra¹, Darlene Teixeira Castro²

Aprovado em 12/2023 Publicado em 29/12/2023.

RESUMO

O conceito de sustentabilidade ganhou maior relevância principalmente após as grandes convenções mundiais que trataram do assunto demonstraram para a população mundial a necessidade de garantir um desenvolvimento pensando no futuro das próximas gerações. Seguindo este caminho, os aspectos ESG (do inglês Environmental, Social and Governance) têm sido destaque tanto no mundo corporativo quanto na administração pública. Por isso, este estudo visa apresentar e aplicar um questionário avaliativo com a finalidade de mensurar o quanto a gestão superior de uma universidade federal está engajada em garantir o desenvolvimento dos aspectos social, de sustentabilidade e de governança com a finalidade de agregar valor à sociedade em que está inserida, garantindo um desenvolvimento sustentável para as gerações vindouras. Como resultado ficou evidente que a área de governança é mais desenvolvida que as outras que merecem atenção especial da gestão para que a instituição esteja bem representada na sociedade em que está inserida e consiga demonstrar o valor que agrega às suas partes interessadas.

Palavras-chave: 1. Sustentabilidade 2. ESG 3. Governança 4. Universidade Federal.

ABSTRACT

The concept of sustainability gained greater relevance mainly after the major global conventions that dealt with the subject demonstrated to the world population the need to guarantee development thinking about the future of the next generations. Following this path, ESG (Environmental, Social and Governance) aspects have been highlighted both in the corporate world and in public administration. Therefore, this study aims to present and apply an evaluative questionnaire with the purpose of measuring how much the higher management of a federal university is engaged in ensuring the development of social, sustainability and governance aspects with the purpose of adding value to

¹ Mestranda do Programa de Pós-graduação em Administração Pública – Profiap, Universidade Federal do Tocantins, Palmas – TO, Brasil

² Docente do Programa de Pós-graduação em Administração Pública – Profiap, Universidade Federal do Tocantins, Palmas – TO, Brasil

society in which is included, ensuring sustainable development for future generations. As a result, it became clear that the area of governance is more developed than the others and deserves special management attention so that the institution is well represented in the society in which it operates and is able to demonstrate the value it adds to its stakeholders.

Keywords: 1. Sustainability 2. ESG 3. Governance 4. Federal University.

RESUMEN

El concepto de sostenibilidad cobró mayor relevancia principalmente después de que las grandes convenciones globales que trataron el tema demostraron a la población mundial la necesidad de garantizar el desarrollo pensando en el futuro de las próximas generaciones. Siguiendo este camino, los aspectos ESG (Environmental, Social and Governance) se han puesto de relieve tanto en el mundo empresarial como en la administración pública. Por lo tanto, este estudio tiene como objetivo presentar y aplicar un cuestionario evaluativo con el propósito de medir en qué medida la alta dirección de una universidad federal está comprometida en asegurar el desarrollo de los aspectos sociales, de sostenibilidad y de gobernanza con el propósito de agregar valor a la sociedad en la que se encuentra, incluido, garantizando el desarrollo sostenible para las generaciones futuras. Como resultado, quedó claro que el área de gobernanza está más desarrollada que las demás y merece una atención de gestión especial para que la institución esté bien representada en la sociedad en la que opera y pueda demostrar el valor que agrega a su partes interesadas.

Descriptores: 1. sostenibilidad 2. ESG 3. Gobernanza 4. Universidad Federal.

INTRODUÇÃO

O primeiro grande evento mundial realizado pelas Nações Unidas sobre o meio ambiente foi a Conferência de Estocolmo que, realizada em 1972, despertou as discussões sobre desenvolvimento sustentável e as questões ambientais mundiais.

Em 1983 a médica Gro Harlem Brundtland, que realizava um trabalho capaz de enxergar e relacionar a saúde ao meio ambiente e ao desenvolvimento humano, foi convidada a presidir a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. O relatório dessa comissão, conhecido como Relatório Brundtland ficou pronto em 1987 e foi o primeiro a trazer para o discurso público o conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, o relatório trazia também dados referentes ao aquecimento global, a destruição da camada de ozônio e descrevia uma série de metas a serem seguidas pelas nações de todo o mundo a fim de evitar as destruições ambientais e o desequilíbrio climático. (Redação Pensamento Verde, 2014).

Já no ano de 1992 foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), que ficou conhecida como Rio 92 e reuniu chefes de estado com a finalidade de reafirmar os pontos levantados pela Declaração de Estocolmo e estabelecer estratégias e planos de cooperação internacional para a garantia de um processo de desenvolvimento socioeconômico em harmonia com o meio ambiente de forma a reduzir os impactos danosos da ação humana sobre a natureza, assegurando a manutenção dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras. Merece destaque também a grande participação popular na ECO-92 reforçando ainda mais a necessidade e a importância da ação conjunta de todos os segmentos da sociedade em rol do

desenvolvimento sustentável para amenizar os impactos negativos ao meio ambiente. (Guitarra, 2022). Nesta conferência foi assinada a Agenda 21, documento que aborda temas envolvendo a dimensão social, econômica cultural, educacional e ambiental das populações e formata-se como uma declaração do compromisso político relacionando-o ao desenvolvimento econômico e à cooperação ambiental e social.

Dez anos após, em Johannesburgo, a ONU promoveu a Rio+10, como ficou conhecida a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável. O evento reuniu cerca de 189 países e diversas Organizações Não Governamentais a fim de discutir assuntos relacionados não só à temática ambiental, mas também à área social, como a redução da pobreza, o abastecimento de água, saneamento básico, energia, saúde, agricultura e biodiversidade. Entretanto, os resultados do evento não foram significativos, uma vez que os acordos firmados anteriormente, como o cancelamento das dívidas das nações mais pobres e a não assinatura do compromisso de utilização de 10% de fontes de energia renováveis (Francisco, 2022).

Após essas discussões, os líderes dos países desenvolvidos e em desenvolvimento voltaram a se reunir para renovar o compromisso e definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas e assim foi realizada a Rio+20 que teve como resultado o documento “O Futuro que Queremos” e a promoção de objetivos para o desenvolvimento sustentável que foram denominados Objetivos para o Desenvolvimento do Milênio (ODM) que, entre outras metas, estavam a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável

Com a evolução das discussões e o aprimoramento dos ODM, em 2015 foi adotada a Agenda 2030 e lançados os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento, que abrange dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental), consiste em um plano de ação a ser cumprido pelos governos, setor privado, sociedade civil e todos os cidadãos visando um mundo mais sustentável e conta com a descrição dos 17 ODS, bem como suas 169 metas, meios de implementação, monitoramento e revisão.

Para que os ODS sejam alcançados, é necessário que tanto o setor público quanto o privado desenvolvam mecanismos de governança capazes de direcionar e monitorar o atingimento das metas propostas e com isso, a sigla ESG (do inglês, Environmental, Social and Governance) tem ganhado importância, pois trabalha o conjunto de boas práticas necessárias para definir o quanto uma instituição é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada

Na Administração Pública, a A3P (Agenda Ambiental da Administração Pública) define os aspectos que devem ser observados pelos órgãos públicos como forma de garantir o desenvolvimento sustentável da instituição, pautado no uso racional dos recursos e bens públicos, em compras e construções sustentáveis, na qualidade de vida no trabalho, capacitação e desenvolvimento de

servidores, gestão de resíduos gerados e outros meios que garantem a sustentabilidade institucional (Lago, 2006).

Desta forma, considerando a importância dos mecanismos de governança para a promoção do desenvolvimento sustentável e os incentivos que os governos têm oferecido às instituições para que seja promovido um desenvolvimento cada vez mais sustentável é que foram criados *rankings* de sustentabilidade, em que as instituições demonstram o quanto estão envolvidas com a sustentabilidade em todas as suas dimensões. Além disso, o Tribunal de Contas da União (TCU) tem realizado, desde 2017, o Levantamento de Governança e Gestão Públicas a fim de identificar e avaliar o perfil integrado de governança organizacional e gestão públicas das instituições que participam da autoavaliação.

Assim, este estudo pretende apresentar a aplicação, na Universidade Federal do Tocantins, de um modelo de avaliação que integre os requisitos utilizados tanto pelo TCU quanto pelos *rankings* de sustentabilidade e os aspectos da A3P, criando assim um índice capaz de demonstrar a aderência da universidade aos critérios da ESG.

O LEVANTAMENTO DE GOVERNANÇA E GESTÃO PÚBLICAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO E A CLASSIFICAÇÃO DO GREENMETRIC PARA AS UNIVERSIDADES FEDERAIS DO BRASIL

Santos *et al.* (2021) descrevem que as preocupações com a adequação aos preceitos do desenvolvimento sustentável não é algo que deve partir apenas dos empreendimentos privados. Essa é uma preocupação que deve ser abraçada por todos principalmente por aqueles que representam a população e que compõe a máquina administrativa do Estado.

Dessa forma, a Constituição Federal, em seu art. 3º, estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil e entre eles estão a garantia do desenvolvimento nacional e a erradicação da pobreza (Brasil, 1988), objetivos estes que também estão explícitos nas discussões da Organização das Nações Unidas (ONU) desde a Rio+20.

Com a adoção da Agenda 2030 e a apresentação dos objetivos e metas que visam um mundo e uma sociedade mais sustentáveis por meio da construção de ações pautadas no desenvolvimento sustentável, estruturadas tanto pelos governos quanto pela sociedade civil, setor privado e todos os cidadãos, a busca pelo atingimento dos objetivos ganhou importância em todas as esferas governamentais e, com a aplicação dos mecanismos de governança e políticas públicas eficientes, pode-se garantir razoavelmente o alcance do que fora estabelecido.

A Controladoria-Geral da União (CGU) e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) emitiram, em 2016, a Instrução Normativa Conjunta nº 01, que dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal, fazendo com que as instituições

passassem a aplicar os mecanismos, princípios e diretrizes da governança e do gerenciamento de riscos para agregar valor aos serviços prestados. Alinhado a isso, o Tribunal de Contas da União definiu que o conceito de governança pública organizacional no Referencial Básico de Governança Organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU:

(...) compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade (TCU, 2020, p. 36).

Tem-se ainda um conceito de governança organizacional aplicada aos órgãos e entidades públicas apresentado por Paludo e Oliveira (2021) que define que a governança é um sistema que assegura às partes interessadas uma orientação sobre a estratégia institucional por meio do monitoramento, controle, gerenciamento de riscos visando garantir a transparência e a responsabilização daqueles que possuem o poder de decisão.

Em consonância aos conceitos de governança, o desenvolvimento sustentável também vem ganhando destaque e importância desde a aprovação da Agenda 21, principalmente como forma de promover o aprimoramento das instituições de uma maneira menos impactante tanto social quanto ambiental e economicamente. Por isso, na administração pública federal foi criado o Programa Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), que busca incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da Administração Pública, através do estímulo a determinadas ações que vão desde uma mudança nos investimentos, compras e contratações de serviços pelo governo, passando pela sensibilização e capacitação dos servidores, pela gestão adequada dos recursos naturais utilizados e resíduos gerados, até a promoção da melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho. (Ministério do Meio Ambiente, 2009).

Anteriormente, em 2010, a *Universitas Indonesia* desenvolveu o *UI GreenMetric World University Ranking*, uma classificação mundial das universidades com a finalidade de demonstrar a condição atual e as políticas relacionadas ao Campus Verde e Sustentabilidade nas Universidades de todo o mundo. (Universita Indonesia, 2022). Para a classificação, o *ranking* utiliza 39 indicadores distribuídos em 6 critérios: Ambiente e Infraestrutura (SI), Energia e Mudanças Climáticas (EC), Resíduos (WS), Água (WR), Transporte (TR) e Educação (ED), cujas questões estão disponíveis em um questionário *on-line* que deve ser respondido oferecendo os dados solicitados e, ao final do prazo estabelecido, é apresentada a classificação das universidades mais sustentáveis do mundo.

Na última classificação, referente ao ano de 2021, 40 instituições de ensino brasileiras figuraram no ranking, sendo 15 Universidades Federais, 2 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, 8 Universidades Estaduais e 15 Instituições Privadas, sendo que a Universidade de São

Paulo (USP) foi a instituição mais bem classificada, ocupando a 10ª posição, conforme demonstrado na Tabela 1 a seguir:

Tabela 1. Classificação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras no UI GreenMetric World University Ranking 2021

Classificação 2021	Universidade ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia	Pontuação total
10	Universidade de São Paulo (USP)	8700
48	Universidade Federal de Lavras (UFLA)	8200
65	Universidade de Campinas (UNICAMP)	8050
94	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS)	7850
163	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)	7475
201	Centro Universitário Facens	7175
260	Universidade do Vale do Taquari (UNIVATES)	6900
270	Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UNI-RN)	6850
285	Universidade Federal de Viçosa (UFV)	6775
321	Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)	6550
327	Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	6525
330	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)	6475
361	Centro Universitário Senac	6300
399	Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)	6000
425	Universidade Positivo	5850
440	Centro Universitário da Fundação Hermínio Ometto (FHO)	5800
445	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO)	5800
447	Universidade Federal Fluminense (UFF)	5775
460	Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG)	5700
461	Universidade de Passo Fundo (UPF)	5675
481	Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-CAMPINAS)	5550
505	Universidade Estadual de Maringá (UEM)	5400
517	Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	5350
562	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)	5150
578	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	5100
579	Universidade Federal do Ceará (UFC)	5100
581	Universidade de Sorocaba (UNISO)	5075
588	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	5025
593	Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)	5000
641	Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP)	4750
646	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ)	4725
686	Universidade Federal de Goiás (UFG)	4450
717	Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)	4275
751	Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)	4025
776	Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	3900
800	Associação Caruaruense de Ensino Superior e Técnico (ASCES-UNITA)	3725
816	Instituição Toledo de Ensino	3575

902	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais (IF SUDESTE MG)	2550
937	Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	1750
947	Faculdade Santo Agostinho (Unidade Itabuna-Bahia)	1225

Fonte: UI GreenMetric World University Ranking. Classificações Gerais 2021.

Comparando os resultados do último Levantamento de Governança e Gestão Públicas realizado pelo TCU também em 2021 com os resultados do *GreenMetric*, verifica-se que as universidades federais que estiveram melhor rankeadas na classificação de sustentabilidade também são as que obtiveram melhores resultados no iGG, como pode ser observado na Tabela 2, que mostra os resultados do TCU destacados de acordo com a classificação adotada pelo Tribunal.

Tabela 2. Comparação entre a Classificação GreenMetric 2021 e a Classificação iGG 2021

IFES	Classific. GM* 2021	Pontos GM 2021	Classific. iGG 2021**	Pontos iGG 2021
UFLA	48	8200	4	90,20%
UFMS	163	7475	3	91,30%
UFV	285	6775	5	88,80%
UNIFEI	321	6550	2	93,20%
UFMT	327	6525	17	63,60%
UFRGS	330	6475	27	56,60%
UFSCar	399	6000	43	45,10%
UFF	447	5775	46	42,20%
Unifal-MG	460	5700	19	62,10%
UFSM	517	5350	33	50,20%
UFSC	578	5100	26	56,90%
UFC	579	5100	11	69,60%
UFG	686	4450	23	58,80%
UFOPA	751	4025	10	69,70%
UNIFESP	776	3900	18	62,70%

* GreenMetric

** classificação realizada com os dados disponibilizados pelo TCU e considerando somente as Universidades Federais

Fonte: Elaborado com dados da Classificação Geral 2021 do GreenMetric e do Levantamento de Governança e Gestão Públicas do TCU 2021

A seguir, a Tabela 3 apresenta a classificação adotada pelo TCU de acordo com o resultado do indicador iGG, em inexpressivo, inicial, intermediário e aprimorado.

Tabela 3. Escala utilizada pelo TCU para classificar o iGG das instituições

Resultado iGG	Classificação iGG
0 a 14,9%	INExpressivo
15 a 39,9%	INicial
40 a 69,9%	INTermediário

70 a 100%	APRimorado
-----------	------------

Fonte: (TCU, 2021)

Verifica-se também que as instituições que estão participando da avaliação da sustentabilidade apresentam o nível de iGG entre intermediário e aprimorado, demonstrando que governança e sustentabilidade caminham juntas na promoção de um desenvolvimento sustentável embasado nos critérios da ESG.

Dessa forma, será apresentado e aplicado um modelo de questionário para analisar o nível de adoção dos critérios ESG na UFT, utilizando como parâmetros os itens constantes dos questionários de autoavaliação do TCU e do *GreenMetric*, com algumas adaptações, visando demonstrar como a instituição pode agregar valor aprimorando suas práticas de governança e sustentabilidade.

MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho, por se tratar da apresentação de uma metodologia de mensuração dos aspectos de ESG em uma universidade federal, tem como tipo de pesquisa a exploratória, já que o conhecimento e o estudo sobre o tema não são muito difundidos no ambiente universitário. Além disso, também foi utilizada a pesquisa bibliográfica a fim de adquirir conhecimento sobre como o tema tem sido utilizado pela gestão das universidades. Utilizou-se ainda a pesquisa documental que consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos. (Kripka, Scheller e Bonotto, 2015)

A pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números, ou então os números e as conclusões neles baseadas representam um papel menor na análise (Dalfovo, Lana e Silveira, 2008) e por isso essa foi a abordagem utilizada no estudo, para que se possa identificar e apresentar as melhores questões que devem ser avaliadas para que a instituição mensure os seus aspectos de ESG.

Para a análise e apresentação do modelo de questionário foram utilizadas as autoavaliações aplicadas pelo TCU (para análise de governança) e pelo *GreenMetric* (para análise da sustentabilidade), além dos aspectos da A3P, que foram consolidados em um único questionário capaz de demonstrar a adesão aos critérios de ESG na instituição que, para este estudo, foi aplicado na Universidade Federal do Tocantins.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os aspectos de ESG estão em evidência devido às questões de sustentabilidade alinhadas à

governança das instituições; entretanto, tais aspectos ainda não estão difundidos de maneira satisfatória nas universidades federais, apesar das metodologias de mensuração existentes. Ocorre que tais metodologias consideram os assuntos de maneira individual, sendo que a mensuração feita pelo *UI GreenMetric* é a que mais se aproxima da análise conjunta dos temas, uma vez que analisa três elementos: ambiental, econômico e social.

O aspecto ambiental inclui o uso de recursos naturais, a gestão ambiental e a prevenção da poluição, enquanto que o aspecto econômico inclui a questão dos lucros e redução de custos. O aspecto social está relacionado com a educação, comunidade e compromisso social (Universitas Indonesia, 2022).

Apesar de analisar os três aspectos descritos, o questionário autoavaliativo não tem referências quanto às questões de governança e seus mecanismos.

Assim, devido à ausência das informações é que se propõe um questionário que utiliza tanto os instrumentos avaliativos tanto do TCU quanto do *UI GreenMetric*, na intenção de medir os aspectos de ESG.

O questionário autoavaliativo proposto busca identificar e mensurar a evolução dos mecanismos de governança da instituição com base no que o Tribunal de Contas da União avalia quando realiza o Levantamento de Governança e Gestão Públicas com vistas a identificar o Índice de Governança e Gestão Públicas (iGG). Além disso, também são apresentadas questões referentes ao aspecto Ambiente e ao aspecto Social com base nas dimensões da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e no que é avaliado pelo *UI GreenMetric*. Dessa forma, o questionário está dividido em três partes, conforme apresentado na Tabela 4.

Tabela 4. Distribuição dos valores por área no questionário autoavaliativo de ESG

Área avaliada	Valor total da área
Governança	300
Ambiente	350
Social	350

Fonte: Elaborada pelas autoras

Os pesos de cada área justificam-se pelo fato de a temática governança ser mais avaliada pelos órgãos de controle interno e externo da universidade, com emissão de recomendações de melhoria e aperfeiçoamento dos processos referentes ao tema e por isso possui o peso mais baixo entre as áreas, pois está sendo considerado que as instituições estão mais avançadas em governança do que nas temáticas social e ambiental. Soma-se a isso o fato da dependência de uma boa governança e gestão para que as demais áreas sejam eficazes.

Na área de Governança é verificada a existência de um modelo de governança estabelecido, a promoção da integridade e da ética, o gerenciamento de riscos, a definição da estratégia da instituição, promoção da transparência, prestação de contas e accountability e a efetividade da auditoria interna. As questões da área estão demonstradas na Tabela 5.

Tabela 5. Questões da área governança do Questionário Avaliativo de ESG

QUESTIONÁRIO AUTOAVALIATIVO DE ESG	
ÁREA: GOVERNANÇA	
QUESTÃO AVALIATIVA	PONTUAÇÃO
1 - Estabelecimento do modelo de governança	15
1.1 - A instituição possui instâncias internas de governança	7,5
1.2 - A instituição possui instâncias de apoio à governança	7,5
2 - Promoção da integridade	90
2.1 - A instituição possui política de ética e integridade estabelecida?	15
2.1.1 - A instituição possui Código de Ética	7,5
2.1.2 - A instituição possui Programa de Integridade	7,5
2.2 - A instituição possui Comissão de Ética Pública implantada e em funcionamento?	15
2.3 - Existe instância responsável pela gestão do Programa de Integridade?	15
2.4 - Os riscos para a integridade estão devidamente mapeados e monitorados?	15
2.5 - A instituição promove capacitação em ética e integridade para seus servidores?	15
2.6 - Existe metodologia para identificação e tratamento de conflito de interesses na instituição?	15
3 - Instituição do gerenciamento de riscos	20
3.1 - A política de Gerenciamento de Riscos está estabelecida?	5
3.2 - A política de gerenciamento de riscos define os limites de exposição ao risco?	5
3.3 - Foi elaborado plano de contingenciamento dos riscos?	5
3.4 - Foi elaborado plano de riscos onde estão estabelecidas as causas, fontes e efeitos dos riscos?	5
4 - Definição da estratégia	40
4.1 - Existe documento formal da instituição em que constem as metas, objetivos e indicadores para um período de tempo pré-estabelecido?	10
4.2 - A estratégia da instituição é monitorada e avaliada?	10
4.3 - Os resultados do monitoramento da estratégia são transparentes e demonstrados a todas as partes interessadas?	10
4.4 - Os resultados do monitoramento da estratégia são apropriados pela gestão superior e são utilizados como parâmetros na tomada de decisões?	10
5 - Promoção da transparência	30
5.1 - Os canais de comunicação da instituição com a comunidade interna e externa estão definidos?	15

5.2 - Os dados da instituição são publicados e existem mecanismos que facilitem a aquisição dos dados pelos usuários? (dados abertos)	15
6 - Garantia da <i>accountability</i>	30
6.1 - Os relatórios da auditoria interna estão publicados no site da instituição?	7,5
6.2 - Os relatórios de gestão estão publicados no site da instituição?	7,5
6.3 - Os relatórios da ouvidoria estão publicados no site da instituição e apresentam informações qualitativas?	7,5
6.4 - Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) estão publicados?	7,5
7 - Utilização de canais de denúncia	15
7.1 - Existem canais de denúncia oficiais estabelecidos e divulgados para a comunidade interna e externa?	5
7.2 - Há apuração dos indícios de irregularidade apontados pelos canais oficiais de denúncia da instituição?	5
7.3 - Existe apuração de responsabilização dos indícios de irregularidade apontados pelos canais de denúncia oficiais da instituição?	5
8 - Satisfação dos usuários	15
8.1 - A carta de serviços ao usuário está publicada e atualizada?	5
8.2 - A instituição aplica pesquisa de satisfação quanto aos serviços oferecidos?	5
8.3 - Os resultados da pesquisa de satisfação dos serviços oferecidos aos usuários são publicados no site oficial da instituição?	5
9 - Efetividade da auditoria interna	45
9.1 - O comitê de governança participa da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) informando os pontos que considera importantes para avaliação da Audin?	15
9.2 - Os trabalhos e serviços de auditoria são recepcionados pelo Comitê de Governança, pela Alta Administração e pelos gestores das unidades auditadas?	15
9.3 - Os resultados dos trabalhos de auditoria são apropriados pela alta administração e pelos gestores das unidades auditadas?	15
PONTUAÇÃO DA ÁREA GOVERNANÇA	300

Fonte: Elaborada pelas autoras

Já a área Ambiente é descrita na Tabela 6 e está focada na verificação da política ambiental da instituição, com a adesão da A3P, relatório de sustentabilidade, programas de redução do uso de papel e plástico, a gestão de resíduos sólidos e tóxicos, plano de logística sustentável (PLS), plano de uso racional dos recursos naturais e bens públicos, coleta seletiva, construções sustentáveis e utilização de fontes de energia renováveis.

Tabela 6. Questões da área ambiente do Questionário Avaliativo de ESG

ÁREA: AMBIENTE	
QUESTÃO AVALIATIVA	PONTUAÇÃO
1 - Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	105
1.1 - A instituição é adesa à A3P?	35

1.2 - A instituição possui o selo verde A3P?	35
1.3 - A instituição elabora e publica o relatório de sustentabilidade?	35
2 - Política Ambiental estabelecida	245
2.1 - A instituição possui Política Ambiental aprovada pelo Conselho Superior	35
2.2 - A instituição aprovou e monitora programa para redução do uso de papel e plástico	35
2.3 - A instituição aprovou e monitora programa de gestão de resíduos sólidos e tóxicos?	35
2.4 - A instituição aprovou e monitora plano de logística sustentável?	30
2.4.1 - A instituição possui mecanismos que garantam a efetividade na realização de compras sustentáveis?	15
2.4.2 - A instituição possui mecanismos que garantam a efetividade do programa de construções sustentáveis?	15
2.5 - A instituição possui programa de uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos aprovado e monitorado?	35
2.6 - A instituição utiliza fontes de energias renováveis?	40
2.7 - A instituição promove a realização da coleta seletiva e acompanha a destinação dos resíduos coletados?	35
PONTUAÇÃO DA ÁREA AMBIENTE	350

Fonte: Elaborada pelas autoras

Por sua vez a área Social está voltada para a análise de publicações e a realização de eventos relacionados ao meio ambiente e sustentabilidade, existência de página no sítio eletrônico referente a sustentabilidade, política de mobilidade e percurso pedonal, adesão da missão institucional aos aspectos de sustentabilidade ambiental, política para diversidade, inclusão e prevenção ao assédio, programas de qualidade de vida no trabalho e de qualificação e treinamento dos servidores e demais colaboradores quanto aos aspectos sustentáveis e o relacionamento com os *stakeholders*³. As questões da área são apresentadas a seguir, na Tabela 7.

Tabela 7. Questões da área social do Questionário Avaliativo de ESG

ÁREA: SOCIAL	
QUESTÃO AVALIATIVA	PONTUAÇÃO
1 - Relacionamento com os <i>stakeholders</i> externos	176
1.1 - Existem publicações acadêmicas de docentes e discentes da instituição com o tema relacionado ao meio ambiente e/ou sustentabilidade (considerar número de publicações por ano)	40
De 0 a 2 publicações no último ano	8
De 3 a 4 publicações no último ano	8
De 5 a 6 publicações no último ano	8
De 7 a 8 publicações no último ano	8
Mais de 8 publicações no último ano	8

³ *Stakeholder* é o que chamamos de parte interessada. É qualquer indivíduo, grupo ou organização que tenha interesse em uma empresa, que possa afetar ou ser afetada por sua atividade (IBC, 2020)

1.2 - A instituição promove a realização de eventos relacionados ao meio ambiente e/ou sustentabilidade (considerar o número de eventos realizados no último ano)	40
De 0 a 2 eventos no último ano	8
De 3 a 4 eventos no último ano	8
De 5 a 6 eventos no último ano	8
De 7 a 8 eventos no último ano	8
Mais de 8 eventos no último ano	8
1.3 - A instituição possui mini home ou página de sustentabilidade atualizada?	32
1.4 - A missão demonstra a preocupação institucional com a sustentabilidade ambiental e social?	32
1.5 - A instituição possui projetos voltados para as temáticas social, ambiental, de sustentabilidade e de governança que são resultado de parcerias com <i>stakeholders</i> ?	32
2 - Relacionamento com os <i>stakeholders</i> internos	174
2.1 - A frota da instituição possui veículos com emissão zero?	30,8
2.2 - Na instituição existe plano de mobilidade e percurso pedonal?	30,8
2.3 - Na instituição existe política para diversidade, inclusão e prevenção ao assédio?	30
2.3.1 - Política para diversidade	9
2.3.2 - Política para inclusão	9
2.3.3 - Política para prevenção ao assédio	12
2.4 - Existe programa de qualificação e treinamento dos servidores quanto aos aspectos de sustentabilidade?	25,8
2.5 - Existe programa ou projeto de qualidade de vida no trabalho?	25,8
2.6 - Existem na instituição programas ou projetos de sensibilização quanto a temática ambiental, social, de sustentabilidade e de governança?	30,8
PONTUAÇÃO DA ÁREA SOCIAL	350

Fonte: Elaborada pelas autoras

No intuito de obter um parâmetro de comparação e contribuir para que os gestores tenham condições de usar os resultados da autoavaliação proposta na tomada de decisão para traçar estratégias e ações necessárias ao atingimento de níveis consideráveis de ESG nas instituições, foi criada a classificação quanto ao nível de atendimento dos aspectos de ESG baseada na classificação utilizada pelo TCU para determinar o iGG das instituições participantes do Levantamento de Governança e Gestão Públicas. Assim, a classificação da instituição para o questionário autoavaliativo proposto neste trabalho considera a pontuação atingida e os níveis conforme a Tabela 6.

Tabela 8. Escala de classificação do questionário autoavaliativo de ESG

Resultado Questionário Autoavaliativo ESG	Classificação Questionário Autoavaliativo ESG
0 a 14,9%	Inexpressivo
15 a 39,9%	Inicial

40 a 69,9%	Intermediário
70 a 100%	Aprimorado

Fonte: Adaptado de (TCU, 2021)

Cada nível de classificação pressupõe algumas observações a fim de garantir a elevação dos níveis de ESG na instituição. Assim, para o nível Inexpressivo, em que a pontuação varia de 0 a 149, recomenda-se que a instituição verifique as todas as áreas analisadas e dirija seus esforços a fim de atender aos requisitos mínimos de ESG, demonstrando assim sua intenção de promover um desenvolvimento institucional sustentável.

Para o nível Inicial, em que a pontuação varia de 150 a 399, percebe-se que a instituição adota algumas práticas de ESG mas estas não são suficientes para garantir um bom desempenho institucional nas áreas analisadas e demonstrar a seus *stakeholders* o interesse em promover o desenvolvimento sustentável na universidade.

No nível Intermediário, cuja pontuação está entre 400 e 699, é possível verificar que a instituição adota requisitos de ESG mas estes ainda são pouco percebidos pelas partes interessadas, demonstrando que os gestores devem aprimorar os itens que foram mal avaliados com a finalidade de conseguir demonstrar seu interesse em promover uma gestão pautada nos requisitos e aspectos de ESG.

Já para o nível Aprimorado, em que a pontuação está entre 700 e 1000, percebe-se que a instituição adota em grande parte os requisitos de ESG e estes são percebidos pelas partes interessadas, fazendo com que os gestores tomem decisões pautadas na continuidade dos processos que estão sendo realizados e aprimorem os que ainda não atingiram níveis mais elevados, objetivando a consolidação dos aspectos de ESG na instituição.

É importante destacar que a escala apresentada também é utilizada para analisar cada área de maneira separada e que a soma dos resultados de cada área será considerada para demonstrar o nível geral de adequação aos aspectos de ESG da instituição analisada.

Foi feita a aplicação do Questionário Autoavaliativo de ESG na Universidade Federal do Tocantins a fim de apresentar aos gestores um retrato atual de como instituição se encontra diante dos aspectos avaliados e proporcionar dados relevantes para a tomada de decisão. Os resultados para cada área estão descritos na Tabela 7.

Tabela 9. Questionário Autoavaliativo de ESG respondido pela UFT

QUESTIONÁRIO AUTOAVALIATIVO DE ESG
ÁREA: GOVERNANÇA

QUESTÃO AVALIATIVA	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	PONTUAÇÃO UFT
1 - Estabelecimento do modelo de governança	15	15
1.1 - A instituição possui instâncias internas de governança	7,5	7,5
1.2 - A instituição possui instâncias de apoio à governança	7,5	7,5
2 - Promoção da integridade	90	45
2.1 - A instituição possui política de ética e integridade estabelecida?	15	15
2.1.1 - A instituição possui Código de Ética	7,5	7,5
2.1.2 - A instituição possui Programa de Integridade	7,5	7,5
2.2 - A instituição possui Comissão de Ética Pública implantada e em funcionamento?	15	15
2.3 - Existe instância responsável pela gestão do Programa de Integridade?	15	15
2.4 - Os riscos para a integridade estão devidamente mapeados e monitorados?	15	0
2.5 - A instituição promove capacitação em ética e integridade para seus servidores?	15	0
2.6 - Existe metodologia para identificação e tratamento de conflito de interesses na instituição?	15	0
3 - Instituição do gerenciamento de riscos	20	20
3.1 - A política de Gerenciamento de Riscos está estabelecida?	5	5
3.2 - A política de gerenciamento de riscos define os limites de exposição ao risco?	5	5
3.3 - Foi elaborado plano de contingenciamento dos riscos?	5	5
3.4 - Foi elaborado plano de riscos onde estão estabelecidas as causas, fontes e efeitos dos riscos?	5	5
4 - Definição da estratégia	40	40
4.1 - Existe documento formal da instituição em que constem as metas, objetivos e indicadores para um período de tempo pré-estabelecido?	10	10
4.2 - A estratégia da instituição é monitorada e avaliada?	10	10
4.3 - Os resultados do monitoramento da estratégia são transparentes e demonstrados a todas as partes interessadas?	10	10
4.4 - Os resultados do monitoramento da estratégia são apropriados pela gestão superior e são utilizados como parâmetros na tomada de decisões?	10	10
5 - Promoção da transparência	30	15x
5.1 - Os canais de comunicação da instituição com a comunidade interna e externa estão definidos?	15	15
5.2 - Os dados da instituição são publicados e existem mecanismos que facilitem a aquisição dos dados pelos usuários? (dados abertos)	15	0
6 - Garantia da <i>accountability</i>	30	22,5
6.1 - Os relatórios da auditoria interna estão publicados no site da instituição?	7,5	7,5
6.2 - Os relatórios de gestão estão publicados no site da instituição?	7,5	7,5
6.3 - Os relatórios da ouvidoria estão publicados no site da instituição e apresentam informações qualitativas?	7,5	0
6.4 - Os relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA) estão publicados?	7,5	7,5
7 - Utilização de canais de denúncia	15	15
7.1 - Existem canais de denúncia oficiais estabelecidos e divulgados para a comunidade interna e externa?	5	5

7.2 - Há apuração dos indícios de irregularidade apontados pelos canais oficiais de denúncia da instituição?	5	5
7.3 - Existe apuração de responsabilização dos indícios de irregularidade apontados pelos canais de denúncia oficiais da instituição?	5	5
8 - Satisfação dos usuários	15	10
8.1 - A carta de serviços ao usuário está publicada e atualizada?	5	5
8.2 - A instituição aplica pesquisa de satisfação quanto aos serviços oferecidos?	5	5
8.3 - Os resultados da pesquisa de satisfação dos serviços oferecidos aos usuários são publicados no site oficial da instituição?	5	0
9 - Efetividade da auditoria interna	45	45
9.1 - O comitê de governança participa da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna (Paint) informando os pontos que considera importantes para avaliação da Audin?	15	15
9.2 - Os trabalhos e serviços de auditoria são recepcionados pelo Comitê de Governança, pela Alta Administração e pelos gestores das unidades auditadas?	15	15
9.3 - Os resultados dos trabalhos de auditoria são apropriados pela alta administração e pelos gestores das unidades auditadas?	15	15
PONTUAÇÃO DA ÁREA GOVERNANÇA	300	227,5 (75,8%)

ÁREA: AMBIENTE		
QUESTÃO AVALIATIVA	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	PONTUAÇÃO UFT
1 - Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)	105	0
1.1 - A instituição é adesa à A3P?	35	0
1.2 - A instituição possui o selo verde A3P?	35	0
1.3 - A instituição elabora e publica o relatório de sustentabilidade?	35	0
2 - Política Ambiental estabelecida	245	70
2.1 - A instituição possui Política Ambiental aprovada pelo Conselho Superior?	35	0
2.2 - A instituição aprovou e monitora programa para redução do uso de papel e plástico?	35	0
2.3 - A instituição aprovou e monitora programa de gestão de resíduos sólidos e tóxicos?	35	0
2.4 - A instituição aprovou e monitora plano de logística sustentável?	30	30
2.4.1 - A instituição possui mecanismos que garantam a efetividade na realização de compras sustentáveis?	15	15
2.4.2 - A instituição possui mecanismos que garantam a efetividade do programa de construções sustentáveis?	15	15
2.5 - A instituição possui programa de uso racional dos recursos naturais e dos bens públicos aprovado e monitorado?	35	0
2.6 - A instituição utiliza fontes de energias renováveis?	40	40
2.7 - A instituição promove a realização da coleta seletiva e acompanha a destinação dos resíduos coletados?	35	0
PONTUAÇÃO DA ÁREA AMBIENTE	350	70 (20%)

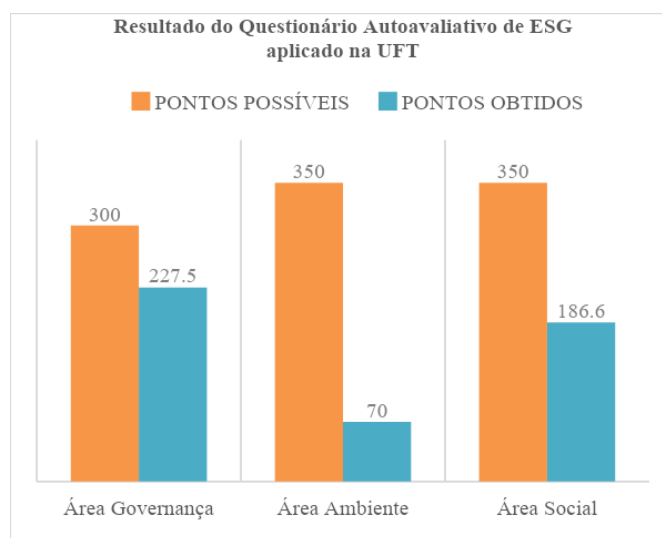
ÁREA: SOCIAL		
QUESTÃO AVALIATIVA	PONTUAÇÃO POSSÍVEL	PONTUAÇÃO UFT

1 - Relacionamento com os <i>stakeholders</i> externos	176	112
1.1 - Existem publicações acadêmicas de docentes e discentes da instituição com o tema relacionado ao meio ambiente e/ou sustentabilidade (considerar número de publicações por ano)	40	40
De 0 a 2 publicações no último ano	8	8
De 3 a 4 publicações no último ano	8	8
De 5 a 6 publicações no último ano	8	8
De 7 a 8 publicações no último ano	8	8
Mais de 8 publicações no último ano	8	8
1.2 - A instituição promove a realização de eventos relacionados ao meio ambiente e/ou sustentabilidade (considerar o número de eventos realizados no último ano)	40	8
De 0 a 2 eventos no último ano	8	8
De 3 a 4 eventos no último ano	8	0
De 5 a 6 eventos no último ano	8	0
De 7 a 8 eventos no último ano	8	0
Mais de 8 eventos no último ano	8	0
1.3 - A instituição possui mini home ou página de sustentabilidade atualizada?	32	0
1.4 - A missão demonstra a preocupação institucional com a sustentabilidade ambiental e social?	32	32
1.5 - A instituição possui projetos voltados para as temáticas social, ambiental, de sustentabilidade e de governança que são resultado de parcerias com <i>stakeholders</i> ?	32	32
2 - Relacionamento com os <i>stakeholders</i> internos	174	74,6
2.1 - A frota da instituição possui veículos com emissão zero?	30,8	0
2.2 - Na instituição existe plano de mobilidade e percurso pedonal?	30,8	0
2.3 - Na instituição existe política para diversidade, inclusão e prevenção ao assédio?	30	18
2.3.1 - Política para diversidade	9	9
2.3.2 - Política para inclusão	9	9
2.3.3 - Política para prevenção ao assédio	12	0
2.4 - Existe programa de qualificação e treinamento dos servidores quanto aos aspectos de sustentabilidade?	25,8	0
2.5 - Existe programa ou projeto de qualidade de vida no trabalho?	25,8	25,8
2.6 - Existem na instituição programas ou projetos de sensibilização quanto a temática ambiental, social, de sustentabilidade e de governança?	30,8	30,8
PONTUAÇÃO DA ÁREA SOCIAL	350	186,6 (53,3%)
PONTUAÇÃO TOTAL DO QUESTIONÁRIO AUTOAVALIATIVO ESG	1000	484,1 (48,4%)

Fonte: Elaborado pelas autoras

A fim de garantir uma melhor visualização dos resultados obtidos pela UFT em cada uma das áreas avaliadas (governança, ambiente e social), os resultados foram inseridos no Gráfico 1.

Gráfico 1. Resultados obtidos pela UFT após a aplicação do Questionário Autoavaliativo de ESG



Fonte: Elaborado pelas autoras

De acordo com os resultados obtidos e os parâmetros definidos para a classificação, a UFT obteve a classificação em cada uma das áreas conforme está demonstrado na Tabela 8.

Tabela 10. Resultado do Questionário Autoavaliativo de ESG aplicado na UFT por área

ÁREA	PONTOS POSSÍVEIS	PONTOS OBTIDOS	PONTOS OBTIDOS (%)	RESULTADO
Governança	300	227,5	75,8%	Aprimorado
Ambiente	350	70,0	20%	Inicial
Social	350	186,6	53,3%	Intermediário
TOTAL DE PONTOS	1000	484,1	48,4%	Intermediário

Fonte: Elaborado pelas autoras

Conforme os resultados obtidos, percebe-se que a instituição apresentou o resultado que a coloca no nível INTERMEDIÁRIO de acordo com o que propõe o Questionário Autoavaliativo de ESG, demonstrando que são desenvolvidos alguns aspectos de ESG principalmente nas áreas de governança e social, que atingiram as pontuações mais elevadas de 75,8% - aprimorado de governança e 53,3% - intermediário de social. Já a área ambiental encontra-se no nível inicial, com 20%, o que leva a concluir que a instituição não tem realizado ações importantes que garantam o bom desenvolvimento do aspecto ambiental, o que pode prejudicar não só os índices propostos, mas a imagem da instituição perante a sociedade em que está inserida, já que está localizada na área da Amazônia Legal e tem como valor institucional o desenvolvimento sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O alinhamento da governança com as dimensões sustentabilidade, ambiental e social gerou

os aspectos de ESG que vêm ganhando visibilidade tanto nas instituições privadas quanto nas públicas e a utilização de mecanismos capazes de mensurar a aderência dos processos organizacionais às áreas que contribuem para o desenvolvimento da ESG apresenta importância para demonstrar o quanto uma instituição está interessada em garantir um desenvolvimento sustentável sem abrir mão de procedimentos de governança.

Este alinhamento pôde ser verificado pelos resultados que as universidades públicas apresentaram nos instrumentos de mensuração do TCU e do *UI GreenMetric*, cuja relação demonstrou que as mais bem colocadas no resultado do iGG também são as que apresentaram os melhores resultados de sustentabilidade.

Entretanto, apesar de verificada a relação entre os aspectos sustentabilidade, governança e social, não foi encontrado mecanismo de mensuração para a apresentação de um ranking ESG para as universidades federais e por isso foi apresentado o Questionário Autoavaliativo de ESG com a finalidade de ser aplicado na UFT e em outras instituições para demonstrar a adesão aos aspectos trabalhados.

Com a aplicação do questionário na Universidade Federal do Tocantins, verificou-se que os itens avaliados possuem fácil acesso às informações necessárias para apresentação das respostas e os resultados obtidos são capazes de demonstrar aos gestores as áreas que devem ser melhor trabalhadas para que a instituição seja capaz de atender aos aspectos de ESG e consiga demonstrar aos seus *stakeholders* que é socialmente consciente, sustentável e corretamente gerenciada, pautando suas ações na busca de um desenvolvimento sustentável.

Sugere-se assim, a continuidade dos estudos sobre o tema proposto, a aplicação do questionário em outras instituições e o aprimoramento dos itens avaliados a fim de assegurar que tal ferramenta demonstre o quanto uma instituição de ensino superior está determinada a contribuir com o desenvolvimento sustentável da sociedade em que está inserida.

Todos os autores declararam não haver qualquer potencial conflito de interesses referente a este artigo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 1988.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 2, p. 01-13, 2008. ISSN 1980-7031.

GUITARRA, P. Geografia Ambiental. Eco 92. **Brasil Escola**, 2022. Disponível em:

<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/eco-92.htm>. Acesso em: 01 Julho 2023

IBC. Instituto Brasileiro de Coaching. **Site do Instituto Brasileiro de Coaching**, 24 Agosto 2020. Disponível em: <https://www.ibccoaching.com.br/portal/o-que-significa-stakeholder-e-o-seu-papel-dentro-de-uma-em-presa/>. Acesso em: 21 Agosto 2022.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **Atas – Investigação Qualitativa na Educação**, v. 2, p. 243-247, Julho 2015.

LAGO, A. A. C. D. **Estocolmo, Rio, Joanesburgo. O Brasil e as três Conferências Ambientais das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), 2006.

LOKUWADUGE, C. S. D. S.; HEENETIGALA, K. Integrating Environmental, Social and Governance (ESG) Disclosure for a Sustainable Development: An Australian Study. **Business Strategy and the Environment**, p. 438-450, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **A3P Agenda Ambiental na Administração Pública**. 5ª. ed. Brasília: [s.n.], 2009.

MMA. Agenda Ambiental na Administração Pública. Página inicial. História. **A3P**. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/historia/>. Acesso em: 03 Julho 2022.

MP-CGU. Instrução Normativa Conjunta MP-CGU nº 01 de 10 de maio de 2026. Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do Poder Executivo Federal. Brasília: [s.n.], 2016.

PALUDO, A. V.; OLIVEIRA, A. G. **Governança Organizacional Pública e Planejamento Estratégico para órgãos e entidades públicas**. Indaiatuba: Editora Foco, 2021.

REDAÇÃO PENSAMENTO VERDE. Pensamento Verde, 2014. Disponível em: <https://www.pensamentoverde.com.br/sustentabilidade/nosso-futuro-em-comum-conheca-o-relatorio-d-e-brundtland/>. Acesso em: 01 Julho 2023.

SANTOS, J. A. D.; SAMPAIO, P.; SALGADO, E. G. Ações voltadas à sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na Universidade do Minho (UMINHO), Portugal. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v. 12, p. 216-228, 2021.

TCU. Referencial básico de governança aplicável a organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. **Portal TCU**, 2020. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/governanca/governancapublica/governanca-no-setor-publico/publicacoes.htm>. Acesso em: 23 Junho 2022.

TCU. Levantamento de Governança e Gestão Públicas. **Portal TCU**, 2021. Disponível em: <https://www.tcu.gov.br/igg2021/iGG2021%20-%20178%20-%20UFT.pdf>. Acesso em: 22 Junho 2022.

UNIVERSITA INDONESIA. UI GreenMetric World University Rankings. **UI GreenMetric World University Rankings**, 2022. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/about/welcome>. Acesso em: 04 Agosto 2022.

Mosel Paixão Balestra et al, 2023_ESG NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - PROPOSTA DE MENSURAÇÃO NA UFT

UNIVERSITAS INDONESIA. UI GreenMetric. **Site da UI GreenMetric**, 2022. Disponível em: <<https://greenmetric.ui.ac.id/>>. Acesso em: 25 Julho 2022.